

Intervenção no Conselho da Industria

De Abel Mateus

Em 2/2/2015

O País fez notáveis progressos no ajustamento macroeconómico, evidenciado pelo restabelecimento do acesso aos mercados de capitais internacionais e às baixas taxas de juro da dívida pública. Continuar a consolidar este ajustamento e aprofundar as reformas estruturais continua a ser a prioridade da política económica.

Durante 2014 a economia portuguesa regressou a um crescimento normal. Depois de 5 anos de crescimento negativo, a Produtividade Total dos Factores voltou a ter um crescimento positivo, a eficiência marginal do capital regressou também a terreno positivo devendo atingir este ano os 8% e embora a taxa de investimento total tenha caído, o investimento produtivo já está com o peso sobre o PIB pré-crise.

Hoje, a questão central do programa de ajustamento é como acelerar a taxa de crescimento do PIB potencial. A subida das razões de troca com a queda do preço do petróleo terá um impacto que pode ir até ao 0,5 pp num ambiente de recuperação na UE. Contudo, constata-se na maioria das crises financeiras profundas uma redução do PIB potencial pelo menos a médio prazo, em grande parte condicionado pelo elevado nível de endividamento dos agentes económicos. A única forma segura de aumentar aquela taxa é reforçar o crescimento da Produtividade Total dos Factores.

1. Reforçar a capacidade de inovação: reformas a fazer

Portugal não conseguirá aproximar-se dos países mais desenvolvidos da UE sem melhorar significativamente a sua capacidade de inovação: processo global de incorporação do conhecimento na economia, seja através de um novo produto, processo ou organização tanto no sector privado como publico.

O I&D é apenas uma componente. O investimento em capital intangível que corresponde à I&D, design, criação de software, investigações de mercado, melhorias organizacionais e desenvolvimento de qualificações têm um papel

fundamental no crescimento potencial de uma economia. Para Portugal a OCDE estimou em 2005 um valor do investimento em intangíveis pelas empresas próximo dos tangíveis.

Este investimento em intangíveis contribui com cerca de 20 a 30% para o crescimento do PIB nalguns países desenvolvidos. Os inquéritos à inovação a empresas portuguesas têm revelado uma elevada actividade, contudo o seu impacto no crescimento do PIB tem sido reduzido. Importa, pois, melhorar a qualidade da inovação e o seu impacte. Também sabemos que uma grande maioria desta inovação é feita pelas empresas já estabelecidas, com as grandes e médias empresas a terem o maior impacte. Mas a entrada de empresas – e em geral as start-ups – como a saída de empresas contribuem de uma forma importante.

De entre as componentes do investimento em intangíveis começemos por analisar o sistema de I&D do país. Falta um diagnóstico profundo sobre o sector. Houve uma forte expansão dos recursos, embora uma parte seja distorção estatística. O Estado já gasta hoje uma proporção do PIB semelhante ao dos outros países desenvolvidos. Houve uma explosão de doutoramentos nos últimos 15 anos que ultrapassou mesmo os países mais desenvolvidos, e temos hoje um número de investigadores per capita que está acima da média da UE. E qual foi a produtividade deste esforço? Se medirmos, por exemplo, o número de patentes por investigador estamos na cauda entre 33 países.

A que se deve esta baixíssima produtividade? Porque é que os quase 3 mil milhões de Euros gastos anualmente não se traduziram em maior crescimento do PIB? Primeiro porque a qualidade dos recursos é baixa e a I&D nas empresas é ainda muito reduzida. Os laboratórios estatais estão anquilosados. Temos que seguir o exemplo de Israel e integrar tecnologia com design nalguns institutos superiores, da Alemanha na criação de centros tecnológicos ao serviço de clusters industriais e de serviços ou dos EUA e reforçar os serviços de “extensão industrial”.

É necessário formular uma estratégia de I&D para o país baseada na “smart specialization” que aumente a competitividade e a capacidade tecnológica do país. A estratégia que começou a ser definida pela FCT necessita de ser aprofundada e com maior enfoque nos sectores estratégicos, com uma

cuidada análise das cadeias de valor, sub-setores e clusters, com envolvimento dos empresários e conselho de especialistas.

Um ponto pouco conhecido é que os países da UE, com nível equivalente ao nosso, que aumentaram significativamente o esforço das empresas em I&D fizeram-no com a contribuição das multinacionais. É o caso da Irlanda com a indústria farmacêutica e computadores americanas ou com a República Checa e a vizinha indústria alemã.

2. Educação profissional: esforço ainda insuficiente

Quanto à educação profissional é urgente melhorar a qualidade através da criação de escolas de excelência, tanto a nível secundário e superior, que sejam piloto para experiências pedagógicas e de maior integração com as empresas. Quando haverá coragem para reformar o ensino politécnico? Está errado que estes continuem a ser universidades de segunda classe! Tem que haver diferenciação. Será o caminho orientá-los para o ensino tecnológico? É também necessário elevar os esforços para alargar o treino e requalificação da mão-de-obra. Por exemplo, na Dinamarca nenhum trabalhador recebe subsídio de desemprego sem frequentar um curso profissionalizante. E estes cursos são todos administrados por empresas ou associações de empresas certificadas. Foi assim que reconverteram a sua indústria nos anos 1980 e hoje se afirmam como uma das economias mais desenvolvidas do mundo.

3. Papel múltiplo do Estado na promoção da inovação

Finalmente queremos sublinhar o múltiplo papel do Estado na inovação. Este pode contribuir positivamente ao formular uma estratégia inteligente para a inovação baseada em métodos modernos de prospectiva ou implementá-la por financiamento dirigido aos objectivos estratégicos, concursos de tecnologia, ou através do sistema de compras públicas. Mas o Estado também pode penalizar quando distorce o mercado de trabalho pela fixação de salários em dissonância com os mercados, como acontece no ensino superior ao fixar tabelas únicas.

4. Redução da incidência fiscal sobre custos do trabalho das empresas e reforma do sistema de pensões

Para além do aumento da produtividade é essencial reduzir os impostos sobre o trabalho nas empresas. Somos o país da UE com taxa mais elevada de incidência fiscal – este é um dos fatores que mais penaliza a nossa competitividade. Este tema tem sido ligado, incorretamente, ao problema da Segurança Social. De facto, a reforma do sistema de pensões continua por fazer, e com as sucessivas nacionalizações de fundos, é hoje incompatível com uma moderna economia de mercado.

5. Atrair mais Investimento Direto Estrangeiro

O IDE tem ocupado um papel fundamental na aceleração do crescimento das economias de desenvolvimento intermédio da UE, como os casos da Irlanda e Europa de Leste demonstram. Uma grande parte deste é determinado pelas posições geo-estratégicas e é importante o regime fiscal e de subsídios. Mas existem outros instrumentos. Nas privatizações deve privilegiar-se o apporto tecnológico e de gestão, bem como a integração nas cadeias de valor à escala global. A governação das empresas é também um factor fundamental.

Conclusão

Vemos já por todo o país a surgir start-ups com sucesso, nichos de indústrias com excelência a nível internacional, complementados por indústrias tradicionais enraizadas nos nossos recursos específicos. Temos que potenciar e generalizar estes esforços por um enquadramento mais salutar para o crescimento.

Obrigado pela atenção.

Dois pontos adicionais (que não tive tempo para propor)

6. Necessidade de reforçar a regulação da governação das sociedades

Os casos emblemáticos recentes causaram uma má imagem do País que interessa corrigir adoptando algumas medidas regulatórias que deviam ter ampla difusão. Por exemplo, na área da regulação financeira, proibir a constituição de holdings em off-shores para detenção e controle do capital em instituições financeiras, estabelecer requisitos mais estritos e específicos sobre a idoneidade dos acionistas relevantes nestas instituições.

Quanto à regulação do mercado de capitais, prevenir que um acionista com posição não maioritária venha a controlar a gestão (caso do BES na PT) e reforço da proteção dos interesses minoritários, obrigando a maior transparência.

Nos organismos regulatórios assegurar uma escolha de Conselhos imparciais e da maior competência, avaliados por um pier internacional, e eliminar renovação de mandatos (eventualmente fixando a duração do mandato único em 6 anos).

7. Recapitalização e redução do endividamento privados

Para evitar a persistência das “empresas zombies” é essencial uma atuação mais rigorosa da supervisão bancária quanto à resolução das dívidas bancárias.

Subsistem graves problemas na implementação dos códigos de falências e recuperação de empresas, na forma como são feitas e na capacidade dos gestores que a fazem.

A IFD pode desempenhar um papel importante na constituição de fundos de recapitalização, em colaboração com os organismos financeiros internacionais.

Devem dar-se mais incentivos para abertura das empresas familiares aos capitais externos, seja fiscais através do mercado de capitais, seja por persuasão da banca e fisco nos processos de recuperação.

Finalmente, falta ainda dar mais relevância aos instrumentos híbridos de financiamento, dando mais treino e assistência às instituições financeiras e empresas.